



CONGRESSO NACIONAL

MPV 783

ETIQUETA 00085

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 06/06/2017	PROPOSIÇÃO MPV 783 /2017
--------------------	-----------------------------

Autor Dep. Beto Mansur	nº do prontuário
----------------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
--	---	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O artigo 12 da Medida Provisória 783, de 31 de maio de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. É vedado o pagamento ou o parcelamento de que trata esta Medida Provisória das dívidas decorrentes de lançamento de ofício em que foram caracterizadas, após decisão judicial definitiva, as hipóteses definidas nos art. 71, art. 72 e art. 73 de Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

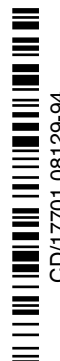
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

As hipóteses definidas nos art. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502/64 são, respectivamente, a de sonegação, fraude ou conluio. Esses tipos possuem natureza penal cujo reconhecimento, em caráter definitivo, prescinde de decisão definitiva na esfera judicial. Portanto, trata-se de *ultima ratio*, ou seja, por possuírem natureza penal, deverão ser apreciados, em caráter definitivo, pela instância judicial e não pela instância administrativa.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2017.

Deputado BETO MANSUR
(PRB/SP)



CD/17701.08129-94